

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

**CBTU**

CONCURSO PÚBLICO  
Nº 001/2014



**TGE - Contabilidade**

**TARDE**

Organizadora:



**CARGO: TÉCNICO DE GESTÃO (TGE – CONTABILIDADE)**

**Texto**

**A reconstrução da democracia**

A sociedade brasileira acorda para os 50 anos de um trauma que viveu em sua história democrática.

O golpe de 1964 atrasou a consolidação das bases da democracia brasileira e o alargamento de suas vias de desenvolvimento político, socioeconômico e cultural. É extremamente oportuno trazer à memória os eventos arbitrários que levaram à destituição do presidente João Goulart, que cumpria legítimo mandato democrático. Tais eventos abriram ao país os terríveis anos de chumbo, fechando as portas da liberdade com a instalação de 21 anos de ditadura.

Todos os desdobramentos, danos e reflexos daquele fatídico 31 de março devem ser lembrados como aprendizado, como antídoto a eliminar, de pronto, eventuais sinais de ameaça que venham a pairar sobre o Estado democrático de Direito.

Regimes de exceção perpetuam privilégios, disseminam a injustiça, atrasam o desenvolvimento, comprometem as perspectivas de emancipação do povo e fecham as janelas do futuro de uma nação.

As sociedades atuais encontraram nas legislações de caráter democrático a referência para estabilizar a convivência entre os homens, sob a base ampla de direitos e deveres comuns a todos. Nesse contexto está a advocacia, profissão com *status* constitucional que defende os direitos dos cidadãos junto ao Estado, exercendo extraordinária função de caráter social. Na moldura arbitrária e sombria imposta aos brasileiros entre 1964 e 1985, a advocacia emergiu como principal defensora da cidadania, a despeito de pressões, prisões, ameaças e abusos de toda a espécie que se abateram sobre seus quadros.

A seccional paulista e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) enfrentaram corajosamente os governos militares pela salvaguarda das prerrogativas dos advogados em seu papel de defesa dos presos e perseguidos políticos, procurando-os em delegacias, quartéis e em centros clandestinos de detenção e tortura. Pesava aí não apenas a demanda pela legalidade processual, mas a urgência da preservação da vida. É sabido que centenas de brasileiros, vítimas de prisões arbitrárias, acabaram mortos sob tortura.

A advocacia emergiu na linha de frente pela reconstrução da ordem democrática, mesmo nos anos mais duros da repressão. Conduziu as bandeiras libertárias a um Congresso que atuava com direitos mínimos e controlados, aos representantes do Judiciário, à imprensa, às entidades organizadas da sociedade civil, às praças. Viveu-se nesse tempo sob a imposição de atos institucionais, como o AI-5, que estabeleceu o estado de sítio, suspendeu direitos políticos e cassou o *habeas corpus* daqueles acusados de crimes contra a Lei de Segurança Nacional.

Momento digno de nota, porque memorável, foi a leitura da “Carta aos Brasileiros” pelo jurista Goffredo Telles Júnior. Em 8 de agosto de 1977, sob as arcadas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, ele conclamou a volta da democracia, do “Estado de Direito, já”. Goffredo justifica o brado dizendo-se representante da família do Direito, uma “família indestrutível, espalhada por todos os rincões da pátria”.

Nos duros anos do regime militar, os advogados, em todos os espaços do país, assumiram com destemor seu papel em defesa dos cidadãos e da normalidade institucional. Alguns desses nomes ainda permanecem à frente de ações que, hoje, buscam promover o resgate da memória nacional e da verdade, em uma demonstração de que o caminho mais viável para o Brasil superar seus imensos desafios passa, necessariamente, pela democracia.

*(Marcos da Costa. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/04/1434430-marcos-da-costa-a-reconstrucao-da-democracia.shtml>. Adaptado.)*

**01**

**Esse texto foi escrito com a finalidade de**

- A) contar como ocorreu o retrocesso do Brasil no período ditatorial.
- B) defender um posicionamento diante de acontecimentos históricos.
- C) relatar fatos ocorridos no Brasil durante os 21 anos de ditadura militar.
- D) instruir o povo dos meios necessários para a manutenção da democracia.

**02**

**Do ponto de vista morfológico, a palavra “libertária” é formada por**

- A) composição, visto que apresenta dois radicais seguidos de um sufixo.
- B) justaposição, porque a palavra não perde som no processo de formação.
- C) aglutinação, visto que, se juntar dois radicais diferentes, a palavra perde alguns sons.
- D) derivação, porque forma-se com o acréscimo de um sufixo, que altera parcialmente o significado do radical.

03

No trecho *“Todos os desdobramentos, danos e reflexos [...] devem ser lembrados como aprendizado, como antídoto a eliminar, [...]” (3º§), a palavra destacada sinaliza uma*

- A) hipótese. B) afirmação. C) contradição. D) comparação.

04

Sobre a estruturação sintática do período, *“Regimes de exceção perpetuam privilégios, disseminam a injustiça, atrasam o desenvolvimento, comprometem as perspectivas de emancipação [...]” (4º§), é correto afirmar que*

- A) é composto por quatro formas verbais, logo, quatro orações.  
B) o sujeito dos verbos não foi explicitado em nenhuma das orações.  
C) os verbos são intransitivos, por isso não exigem complemento verbal.  
D) os verbos não exigem complemento verbal, já que são transitivos diretos.

05

Assinale a alternativa que explicita um dos argumentos usados pelo articulista para sustentar a tese apresentada no texto.

- A) A cidadania é defendida pelos regimes de exceção.  
B) As legislações de natureza democrática desequilibram a convivência humana.  
C) Os regimes de exceção causam consequências que dificultam o desenvolvimento da democracia.  
D) Os regimes de exceção se baseiam nos direitos e deveres universais, isto é, comuns a todos os homens.

06

No trecho *“Nesse contexto está a advocacia, [...]” (5º§), observa-se que a ordem dos termos está invertida, pois, se tivessem organizados na ordem direta, a frase seria*

- A) Está a advocacia nesse contexto. C) Nesse contexto a advocacia está.  
B) Está nesse contexto a advocacia. D) A advocacia está nesse contexto.

07

Em *“[...] a despeito de pressões, prisões, ameaças e abusos de toda a espécie que se abateram sobre seus quadros.” (5º§), a palavra destacada tem a finalidade de*

- A) marcar uma causa. C) sinalizar uma consequência.  
B) introduzir uma condição. D) retomar palavras expressas anteriormente.

08

No trecho *“Pesava aí não apenas a demanda pela legalidade processual, mas a urgência da preservação da vida.” (6º§), há, entre as duas orações que compõem o período, uma relação semântica de*

- A) adição. B) oposição. C) conclusão. D) explicação.

09

No trecho *“É sabido que centenas de brasileiros, vítimas de prisões arbitrárias, acabaram mortos sob tortura.” (6º§), nota-se a presença de voz passiva analítica que, se transformada em voz passiva sintética, deveria ser estruturada da seguinte forma:*

- A) As pessoas sabem que as vítimas de prisões arbitrárias acabariam mortas sob tortura.  
B) É sabido que centenas de brasileiros, vítimas de prisões arbitrárias, morreram sob tortura.  
C) É sabido que centenas de brasileiros, vítimas de prisões arbitrárias, foram mortos sob tortura.  
D) Sabe-se que centenas de brasileiros, vítimas de prisões arbitrárias, acabariam mortos sob tortura.

10

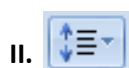
Com base no texto, é correto afirmar que a legislação de caráter ditatorial

- A) facilita o cumprimento dos direitos e deveres humanos.  
B) impossibilita a consolidação de direitos e deveres universais.  
C) promove a consolidação de direitos e deveres humanos fundamentais.  
D) compromete-se com a execução de todos os direitos e deveres humanos.



17

Considere as imagens sobre a ferramenta *Microsoft Office Word 2007* (configuração padrão).




É correto afirmar que os dois controles têm, respectivamente, a função de

- A) aumentar/diminuir o zoom do documento e justificar o texto.
- B) mover o documento para a esquerda/direita e inserir quebra de linha.
- C) mover o documento para a esquerda/direita e aumentar/diminuir recuo.
- D) aumentar/diminuir o zoom do documento e definir o espaçamento entre linhas.

18

Considere a imagem do site da CBTU carregada no navegador *Internet Explorer 11* (configuração padrão).



O procedimento para definir este site como página inicial do navegador é: clicar no botão Ferramentas , clicar em Opções da Internet e na janela que é exibida selecionar a guia

- A) Geral, no campo Home Page clicar no botão Usar Atual e clicar no botão Ok para confirmar o procedimento.
- B) Geral, no campo Página Inicial clicar no botão Usar padrão e clicar no botão Ok para confirmar o procedimento.
- C) Conteúdo, no campo Home Page clicar no botão Nova Guia e clicar no botão Ok para confirmar o procedimento.
- D) Conteúdo, no campo Página Inicial clicar no botão Definir como Inicial e clicar no botão Ok para confirmar o procedimento.

19

Sobre a ferramenta *Microsoft Office Excel 2007* (configuração padrão), analise.

- I. Teste\_lógico, valor\_se\_verdadeiro e valor\_se\_falso são os argumentos que devem ser informados ao utilizar a função SE.
- II. Se aplicada na célula A1 a função =MÉDIA(100;20), o resultado será 5.
- III. Para totalizar rapidamente uma série de valores sem a necessidade de digitar fórmulas, pode ser utilizado o botão PreencherSoma.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.

20

No Sistema Operacional *Microsoft Windows 7* (configuração padrão), é possível alterar a aparência dos objetos que serão exibidos em uma janela. São opções de configuração disponíveis no botão Modos de Exibição, EXCETO:

- A) Tipo. B) Lista. C) Lado a Lado. D) Ícones Grandes.

**LEGISLAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

21

A Constituição Federal veda expressamente a acumulação remunerada de cargos públicos, ressalvado, quando houver compatibilidade de horário, nos casos autorizados pelo próprio texto constitucional. Neste contexto, assinale a alternativa que NÃO corresponde a um destes casos.

- A) Acumulação de dois cargos de professor.  
B) Acumulação de dois cargos técnico ou científico.  
C) Acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico.  
D) A de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

22

Nos termos da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

- I. dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;  
II. decorram de reexame de ofício;  
III. importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

Estão corretas as alternativas

- A) I, II e III. B) I e II, apenas. C) I e III, apenas. D) II e III, apenas.

23

Sobre os ditames da lei de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92), assinale a alternativa correta.

- A) Reputa-se agente público, para fins da lei de improbidade administrativa, aquele que exerce função em órgão público municipal, independentemente de remuneração.  
B) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano, salvo os casos de omissão culposa.  
C) Não se aplicam as regras dispostas na lei de improbidade administrativa a quem não seja agente público, mesmo que concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie.  
D) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa decretar a indisponibilidade dos bens do indiciado.

24

Nos termos do Código Penal, o agente que falsificar, no todo ou em parte, cheque emitido por banco privado, comete o crime de

- A) falsidade ideológica. C) falsificação de documento público.  
B) fraude contra credores. D) falsificação de documento particular.

25

Considerando o que dispõe a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) A obrigatoriedade de realização de licitação alcança tanto os entes da administração direta, quanto os da administração indireta, a exceção das empresas públicas e sociedades de economia mista, pois possuem natureza jurídica de direito privado.  
( ) A licitação destina-se a garantir, dentre outras finalidades, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.  
( ) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.  
( ) Em igualdade de condições, será assegurada, como primeiro critério de desempate, preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas de capital nacional.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F. B) F, V, V, F. C) V, F, V, F. D) F, F, V, V.

**26**

**Considerando as disposições constitucionais a respeito de Orçamento, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) Leis complementares de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- B) Cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- C) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- D) A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

**27**

**Considerando as vedações constitucionais a respeito de orçamento, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) São vedados o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual e a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- B) É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- C) São vedados a abertura de crédito extraordinário ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, bem como a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
- D) São vedadas a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa e a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**28**

**No que se refere aos direitos e garantias fundamentais constitucionalmente estabelecidos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.**

- ( ) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.
- ( ) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos; facultativos para os analfabetos, os maiores de 70 anos e os maiores de 16 e menores de 18 anos.
- ( ) Dentre outras condições expressas na Constituição Federal são condições de elegibilidade, na forma da lei, a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição e a filiação partidária.
- ( ) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

**A sequência está correta em**

- A) V, V, V, V.                      B) V, F, V, F.                      C) F, F, V, V.                      D) F, F, F, V.

**29**

**Assinale a alternativa correta sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, considerando as disposições constitucionais de 1988.**

- A) O mar territorial, os terrenos de marinha e seus acrescidos e os potenciais de energia hidráulica são bens da União.
- B) As terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, conforme definições legais, são bens da União.
- C) Os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais, são bens da União.
- D) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios não pertencem mais à União, haja vista terem passado a ser propriedade privada dos indígenas a partir do momento que referidas terras passaram a ser consideradas reservas indígenas. Por isso, eles podem legalmente aliená-las.

**30**

**Dos direitos e garantias fundamentais constitucionalmente estabelecidos NÃO é correto afirmar que**

- A) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- B) são brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- C) são brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de 15 anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- D) são brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**31**

**A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabelece que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração para a União, Estados e Municípios, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida. Assinale a alternativa que contempla, respectivamente, esses percentuais.**

- A) 50%, 60% e 60%.
- B) 50%, 50% e 60%.
- C) 60%, 50% e 50%.
- D) 60%, 60% e 50%.

**32**

**O art. 21 da Lei nº 8.666/93 estabelece que os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das Tomadas de Preços, dos Concursos e dos Leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência. Para a modalidade de concurso, é correto afirmar que o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de**

- A) 15 dias.
- B) 30 dias.
- C) 35 dias.
- D) 45 dias.

**33**

**“Na modalidade de licitação denominada Pregão, utilizada na administração pública para aquisição de bens e serviços comuns, o prazo de validade das propostas será de \_\_\_\_\_ dias, se outro não estiver fixado no edital.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.**

- A) 15
- B) 20
- C) 30
- D) 60

**34**

**Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, considerando as seguintes regras, EXCETO:**

- A) Avaliação dos bens alienáveis.
- B) Adoção do procedimento licitatório.
- C) Comprovação da necessidade ou utilidade da alienação.
- D) Adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão.

**35**

**Para aquisição de determinados bens, um órgão público utiliza-se do processo de licitação denominado Pregão, de forma a convocar os interessados para as respectivas propostas. Em atendimento ao Princípio da Publicidade, a legislação prevê o seguinte prazo para a divulgação dos procedimentos licitatórios na modalidade Pregão:**

- A) Superior a 30 dias.
- B) Entre 15 e 30 dias.
- C) Não inferior a 45 dias.
- D) Não inferior a 8 dias úteis.

**36**

**Uma determinada prefeitura necessita executar uma obra de cunho social. O processo licitatório será aberto. De acordo com a Lei das Licitações (Lei nº 8.666/93), a execução dessa obra deverá obedecerá a seguinte sequência:**

- A) Projeto financeiro; de gestão; e, de execução.
- B) Projeto integrado; de execução; e, de investimentos.
- C) Projeto básico; executivo; e, execução das obras e serviços.
- D) Projeto direcionador; de despesas; e, custos e projeto de execução.









## INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha, corretivo. Especificamente, não é permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipad*, *ipod*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, calculadora, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo etc.
3. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e nem fumar.
4. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito).
5. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
6. O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha. Leia-o atentamente.
7. **As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta.**
8. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) que lhe foi fornecido estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 120 (cento e vinte) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas, sendo permitida essa conduta apenas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação das provas, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

## RESULTADOS E RECURSOS

- As provas aplicadas, assim como os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico [www.consulplan.net](http://www.consulplan.net), a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de **02 (dois) dias úteis**, a partir do dia subsequente à divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico [www.consulplan.net](http://www.consulplan.net).
- A interposição de recursos deverá ser feita **via Internet**, através do **Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos**, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, à **CONSULPLAN**, conforme disposições contidas no endereço eletrônico [www.consulplan.net](http://www.consulplan.net), no *link* correspondente ao Concurso Público.